



# EDITAL DE LICITAÇÃO

## Processo Administrativo nº 11981/2019

**OBJETIVO:** Contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à Reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, destinada para este contrato, conforme Anexo I do Edital, tudo de acordo com os ditames da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, com suas alterações posteriores.

Cachoeira Dourada - Goiás, 28 de Fevereiro de 2020.

**TIAGO JOSÉ ALVES**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020**

**O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA**, Estado de Goiás, inscrito no CNPJ sob o n.º 26.923.755/0001-51, por intermédio do **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 07.445.626/0001-50, Município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no Sede da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO, localizado à Praça Três Poderes, n.º 10, Centro, Cachoeira Dourada-GO, às **10:00** horas do dia **19 de Março de 2020**, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS de n.º 001/2020, em **regime de empreitada por menor preço global**, dos serviços relativos à **reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais em anexo**, e conforme os ditames da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas disposições deste Edital. O Edital e maiores informações, poderão ser obtidos pelo site ou na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente ou ainda informações pelo telefone celular (64) 99664-6261, [licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br](mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br) e ou [www.cachoeiradourada.go.gov.br](http://www.cachoeiradourada.go.gov.br)

Cachoeira Dourada - GO, 28 de Fevereiro de 2020.

**TIAGO JOSÉ ALVES**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**EDITAL DE LICITAÇÃO****MODALIDADE:****TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020**

(Regida pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 (com as alterações seguintes).

<b>Processo Adm.</b>	11981/2019	<b>Presidente CPL</b>	Tiago José Alves
<b>Setor Interessado</b>	Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação		
<b>Tipo</b>	Menor preço global		
<b>Regime de Execução</b>	Execução por regime de empreitada		
<b>Endereço Internet</b>	<a href="mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br">licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br</a> , ou <a href="http://www.cachoeiradourada.go.gov.br">www.cachoeiradourada.go.gov.br</a>		
<b>Exclusividade</b>	Não é exclusividade para micro ou pequena empresa.		
<b>Objeto</b>	Reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, de acordo com memorial descritivo e planilhas.		

<b>Dia de Realização:</b>	<b>19 / 03 / 2020</b>
<b>Horário de Abertura da Seção:</b>	<b>10:00 horas</b>
<b>Local de Realização do Certame:</b>	<b>Sala da CPL</b>
<b>Endereço:</b>	<b>Praça dos Três Poderes, nº 10, Centro</b>
<b>Cidade:</b>	<b>Cachoeira Dourada - GO</b>

**Observações gerais iniciais:**

1. Os interessados deverão entregar o Documento de Credenciamento, Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e os envelopes de Documentação e Proposta ao(à) Presidente da Comissão de Licitações(a) Oficial, às 10:00 horas, não havendo tolerância de horário, onde será aberta Sessão Pública.
2. A licitante que não apresentar o Documento de Credenciamento ficará impedida de expor, não poderá manifestar-se durante a sessão e ficará impossibilitada de responder pela empresa e/ou interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita.
3. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
4. Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica esta TOMADA DE PREÇOS, automaticamente, transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local.
5. A TOMADA DE PREÇOS será formalizado por intermédio de contrato, cuja minuta encontra-se prevista em anexo e nas condições previstas neste Edital.

**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 00.079.806/0001-17, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **NATÁLIA CAMARDELLI CAJAZEIRA PRATES**, por intermédio do PREGOEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo empreitada por **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa para reforma do telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, conforme descrito neste Edital e seus anexos, e de acordo com a **Lei nº 8.666/93** e alterações posteriores.



<b>Capítulo I</b>	<b>DATA DA LICITAÇÃO, SUPORTE LEGAL E REGIME DE CONTRATAÇÃO</b>
-------------------	---

1.1. Esta licitação será realizada às 10:00 horas do dia 19 de Março de 2020, sob o regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço global e será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, obedecendo ainda às determinações deste Edital, suas especificações e respectivos anexos.

<b>Capítulo II</b>	<b>DO OBJETO, PRAZO, CAPITAL SOCIAL E NORMAS</b>
--------------------	--

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais em anexo.

2.2. O prazo para início da obra é de até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da "Ordem de Serviço".

2.3. O prazo total previsto para a execução da obra será até 30 (trinta) dias contados da emissão da ordem de serviço e vigência do contrato até o dia 30 de Julho de 2020, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" pela empresa a ser contratada, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes, e ainda, caso necessário, poderá ser aditivado seu objeto até o limite de 25% (vinte cinco por cento), por serviços congêneres ou até mesmo suprimido ou ainda no caso de reforma, nos termos da lei, até o limite de 50% (cinquenta por cento).

2.4. A Empresa proponente deverá comprovar que possui Capital Social Realizado igual ou superior a 05% (cinco por cento) do valor do orçamento base total da Prefeitura de Cachoeira Dourada, através da Certidão da Junta Comercial, conforme estipulado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO e PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

2.5. Os serviços a serem executados deverão atender às Normas Técnicas, Especificações e métodos de Ensaio da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ou outras normas similares indicadas pela Proponente e aceitas pelo CONTRATANTE que garantam, no mínimo, qualidade análoga à exigida pelas normas da ABNT.

2.6. Qualquer modificação, substituição de material especificado e/ou suplementação, eventualmente a ser executado pela CONTRATADA, dependerá de aprovação prévia do Município de Cachoeira Dourada, passando automaticamente à propriedade do mesmo, que poderá fazer do mesmo o uso que lhe aprouver.

<b>Capítulo III</b>	<b>RECURSOS FINANCEIROS</b>
---------------------	-----------------------------

3.1. Os recursos financeiros, necessários para o referido serviço serão provenientes da dotação orçamentária:

Dotação: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação:

Dotação Orçamentária: 10.59.12.1.017.4.4.90.51.00 ficha 159

<b>Capítulo IV</b>	<b>EDITAL E ANEXOS</b>
--------------------	------------------------

4.1. O Edital juntamente com seus anexos contendo planilha orçamentária, poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, com o seguinte endereço: [www.cachoeiradourada.go.gov.br](http://www.cachoeiradourada.go.gov.br). Informações no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, localizada na Sede da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO,



localizado à Praça Três Poderes, nº 10, Centro, Prédio da Prefeitura Municipal, Cachoeira Dourada - GO, no horário de expediente das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

4.2. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações no sítio acima descrito e publicações em jornais quando for o caso.

4.3. As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital e de seus anexos, bem como, quaisquer incorreções ou discrepâncias neles encontradas, deverão ser apresentadas a Comissão Permanente de Licitação, por escrito, até o prazo de lei anterior à data de abertura do certame, sem efeito suspensivo, endereçando-as para: Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada-GO/Comissão Permanente de Licitação - Praça Três Poderes, nº 10, Centro, Cachoeira Dourada-GO - CEP: 75.550-000.

4.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados formalmente no endereço da Sede da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO, localizado à Praça Três Poderes, nº 10, Centro, Prédio da Prefeitura Municipal, Cachoeira Dourada - GO, no horário de expediente das 07:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, dentro do prazo acima estipulado.

<b>Capítulo V</b>	<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>
-------------------	-----------------------------

5.1. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega. Findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

5.2. Antes de expirar o período de validade da Proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar que o licitante estenda este período de vigência por um prazo adicional.

<b>Capítulo VI</b>	<b>CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</b>
--------------------	----------------------------------

6.1. Poderão participar da presente licitação:

6.1.1. Poderão participar desta licitação, empresas interessadas, que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução do seu objeto;

6.1.2. Proponente com Capital Social no valor igual ou superior a 05% do valor do orçamento base total para o qual irá tomada de Preços. A comprovação deverá ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, com a Certidão da Junta Comercial, na forma da lei;

6.1.3. A Comissão Permanente de Licitações exigirá da (s) empresa (s) a comprovação do atendimento às exigências contidas neste subitem 6.1. e Capítulo IX.

6.2. Estão impedidos(as) de participar da licitação:

6.2.1. Empresa ou firma entre cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativos ou sócios, figure quem seja servidor (efetivo ou comissionado) da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;

6.2.2. O(s) autor(es) do projeto básico da Obra, pessoa física ou empresa da qual dito autor seja dirigente, gerente, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.3. Empresa que não comprove sua condição de firma legalmente constituída, e não apresente, em seu contrato social, a previsão da prestação dos serviços compatíveis ao objeto desta licitação;



- 6.2.4. Empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. O impedimento poderá ocorrer em qualquer fase da licitação;
- 6.2.5. Empresa que se encontre em processo de concordata, falência, dissolução, de fusão, de cisão, de incorporação ou de liquidação;
- 6.2.6. Empresa que pretenda concorrer formando consórcio de empresas e empresas que não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 6.2.7. Empresa que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- 6.2.8. Empresa que estejam descumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o ANEXO nº 05 deste Edital.
- 6.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que pelo descumprimento, sujeitar-se às penalidades cabíveis.
- 6.4. Qualquer empresa poderá participar da licitação, desde que atenda às condições exigidas no Edital.
- 6.4.1. Impugnação ao Edital.
- 6.4.1.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (art. 41, §1º da Lei 8.666/93), no endereço retro citado, devendo a Comissão julgar e responder a impugnação em até três dias úteis (art. 41, §1º da Lei 8.666/93);
- 6.4.1.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (art. 41, §2º da Lei 8.666/93);
- 6.4.1.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, §3º da Lei 8.666/93).

**Capítulo VII****DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE**

- 7.1. Durante os trabalhos, só será permitida a manifestação do representante legal da licitante, devidamente credenciado.
- 7.2. Para se credenciar, os representantes deverão apresentar ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no local, data e hora designada para a sessão de abertura da licitação, procuração pública, credenciamento conforme ANEXO nº 4 com firma reconhecida e contrato social da empresa acompanhado da cédula de identidade do representante legal, diretor ou sócio da empresa, que for acompanhar a licitação, acompanhadas do original ou apresentando as fotocópias, que as mesmas sejam autenticadas por cartório competente com selo público.
- a) Em se tratando de instrumento de procuração, este deverá ser público e assinado por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessária, durante o procedimento da Habilitação e abertura da proposta. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência perante a licitação;
- b) Quando a empresa se fizer representar por Diretor ou Sócio, deverá o mesmo apresentar cópia autenticada da cédula de identidade e o Contrato Social da empresa no original ou cópia autenticada;



- c) As procurações, credenciamentos e as cópias das cédulas de identidade serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntadas ao processo de licitação.
- 7.3. Caso a representação se altere durante o processo de abertura e julgamento da licitação, o novo representante deverá apresentar, da mesma forma, os documentos retro relacionados.
- 7.4. A não apresentação dos documentos para credenciamento, ou a incorreção destes, não impedirá a licitante de participação do licitante no presente certame licitatório, mas impedirá o interessado de manifestar-se de qualquer forma durante a sessão, em nome do licitante.
- 7.5. Para usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 o licitante e/ou representante legal deverá comprovar esta condição no momento do credenciamento, apresentando declaração de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP (ANEXO n.º 06), assinada pelo representante legal e pelo contador da empresa; anexado também a certidão da Junta Comercial evidenciando o registro de enquadramento como ME ou EPP.
- 7.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º da Lei Complementar 123/11), valendo somente para ME e EPP;
- 7.5.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação (art. 43, §2º da Lei Complementar 123/11), sem prejuízo das sanções previstas no Art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

<b>Capítulo VIII</b>	<b>DA CONDIÇÃO DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES</b>
----------------------	--

- 8.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.
- 8.2. A Comissão Permanente de Licitações receberá até às 10:00 horas do dia 19 de Março de 2020, a documentação relativa à habilitação e a proposta, que deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados, lacrados e rubricados em todas as suas aberturas, identificados "ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇOS", ambos contendo a seguinte indicação:

<b>ENVELOPE N.º 01</b>	
<b>TIPO DE ENVELOPE</b>	<b>HABILITAÇÃO</b>
<b>TOMADA DE PREÇOS n.º</b>	<b>001/2020</b>
<b>Órgão Realizador</b>	<b>Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação</b>
<b>Dia de Realização do Certame</b>	<b>19 / 03 / 2020</b>
<b>Horário de Realização</b>	<b>10:00 horas</b>
<b>Razão Social:</b>	



<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>CNPJ:</b>	

<b>ENVELOPE N.º 02</b>	
<b>TIPO DE ENVELOPE</b>	<b>PROPOSTA DE PREÇOS</b>
<b>TOMADA DE PREÇOS n.º</b>	<b>001/2020</b>
<b>Órgão Realizador</b>	<b>Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação</b>
<b>Dia de Realização do Certame</b>	<b>19 / 03 / 2020</b>
<b>Horário de Realização</b>	<b>10:00 horas</b>
<b>Razão Social:</b>	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>CNPJ:</b>	

- 8.3. Não serão aceitos documentos ou proposta enviada via fax, telex ou e-mail.
- 8.4. Os interessados que quiserem utilizar-se da via postal deverão encaminhar seus envelopes de documentação e proposta, dentro de um único invólucro, endereçado à Comissão Permanente de Licitação, o qual só será aceito até o horário da abertura dos trabalhos, sem qualquer violação de seu conteúdo.
- 8.4.1. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO, não se responsabilizará por envelopes remetidos via postal que não sejam entregues no local, data e horário definido neste edital.
- 8.5. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhum envelope será recebido, sob nenhuma hipótese, bem como nenhum novo documento, sendo aceito somente nos casos de substituição descrito nos subitens 7.5.1.
- 8.6. O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, documentos padrão, exigências, leis, decretos, normas e especificações citados no Edital e em seus Anexos.
- 8.7. Cada volume (documentação e proposta) deverá estar assinado por representante legal e preferencialmente ser apresentado com todas as folhas numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um "Termo de Encerramento", no qual se declare o número de folhas do volume.
- 8.8. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 8.9. O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou publicados em órgão de imprensa oficial, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada. Caso sejam apresentados documentos originais, os mesmos ficarão retidos no processo.
- 8.9.1. Não serão aceitos pela Comissão Permanente de Licitação, os documentos que, sendo apresentados em cópias, suas reproduções se mostrem ilegíveis.
- 8.10. Os documentos a serem autenticados pela Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados, para tal, impreterivelmente, até 02 (dois) dias úteis, anterior à abertura dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO".
- 8.11. Não serão aceitos documentos ou propostas apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, CD-ROM, disquetes ou pen drive.





- 8.12. Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos solicitados.
- 8.13. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 8.14. A validade para os documentos apresentada será aquela constante de cada documento ou estabelecida em lei. Nos casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua emissão.

<b>Capítulo IX</b>	<b>DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1</b>
--------------------	---

9.1. Deverá estar inseridos neste envelope, devidamente fechado e inviolado, denominado Envelope Nº 1 os documentos abaixo relacionados. As folhas deverão, preferencialmente, ser do tamanho A4 e conter um índice dos documentos com as páginas correspondentes, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente, apresentando ao final um “Termo de Encerramento” no qual se declare o número de folhas do volume, também assinado pelo representante legal.

9.2. Quanto à Habilitação Jurídica:

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4. Do Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.5. Documento de identidade e CPF dos sócios/proprietário da empresa;

9.2.6. Procuração pública e credenciamento conforme ANEXO nº 04 com firma reconhecida, passada pela licitante assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento licitatório. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência durante a licitação;

9.2.7. Declaração expressa da licitante de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, de acordo com o ANEXO nº 02 do presente Edital.

9.2.8. Apresentação do CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

9.3. Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, com apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Secretaria da Receita Federal acompanhada da certidão negativa da Dívida Ativa da União, em conjunto com a Previdência Social - INSS, de acordo com a Portaria n. 358/2014 (Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da lei, sendo filial deverá apresentar no CNPJ da Filial;



- b) Certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da Lei;
  - c) Certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada, em nome da Empresa, sendo filial deverá apresentar no CNPJ da Filial;
- 9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com apresentação dos seguintes documentos:
- a) Certidão negativa de débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
  - b) Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 9.3.5. Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho (CNDT), expedida pelo Poder Judiciário - Justiça do Trabalho, certificando que a empresa licitante Não Consta do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
- 9.3.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos nesta Tomada de Preços e seus Anexos.
- 9.4. Quanto à Qualificação Técnica:
- 9.4.1. Prova de registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA por meio de carteira profissional da área de atuação.
- 9.4.2. Capacitação técnico-profissional - deverá comprovar que possui na data da Contratação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa.
- 9.4.2.1. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;
- 9.4.3. Como se trata de reforma, não há que se falar apresentação de atestado técnico de capacidade da licitante específico, pois trata-se de obra de reforma de caráter mais simples e direto;
- 9.4.4. A empresa contratada deverá indicar como responsável técnico um profissional com atribuições compatíveis na forma da legislação em vigor.
- a) É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma Empresa proponente, fato este que desqualificará todas as envolvidas;
- 9.4.6. Todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução da obra, deverão ser apresentados no canteiro de obras pela contratada, sendo a sua responsabilidade a utilização dos mesmos, juntamente com a disponibilização dos equipamentos de proteção individual;
- 9.4.7. Atestado de visita, conforme ANEXO nº 03;
- a) A visita ao local da reforma não será obrigatória, contudo poderá ser realizada a partir do dia 04/03/2020 até o dia 16/03/2020, não obrigatória, contudo caso o licitante não a faça, deverá declarar conhecimento, por meio de declaração documental, do espaço a ser reformado, que deverá ser agendada junto a Comissão Permanente de Licitação, com antecedência mínima de 02 dias (antes da data prevista para a visita), realizada pelo Representante da licitante, deverá a visita ser



acompanhada por um Representante Técnico da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;

b) A emissão do Atestado de Visita expedido pela comissão permanente de licitação dar-se-á após a realização da visita.

c) A licitante interessada em participar do Tomada de preços, que não realizar visita, DEVERÁ apresentar declaração de vistoria ou DECLARAÇÃO que possui total conhecimento do espaço a ser reformado. A vistoria tem por finalidade avaliar a realidade existente e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, conseqüentemente, assegurem que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do Município.

9.5. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

9.5.1. Prova que possui, na data da apresentação da proposta, capital social mínimo no valor discriminado no ANEXO XII, ou por meio da Certidão emitida pela JUCEG, ou seja mínimo 05% do valor total dos serviços, admitindo-se a atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais, tudo em atenção ao que preconiza o parágrafo 3º do art. 31, da Lei 8.666/93, ou por meio do contrato social, haja vista se tratar de uma obra de reforma, sendo tal procedimento mais simples;

9.5.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 (trinta) dias corridos ou dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.5.3. Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, na Lei 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto n.º 3.555/2000, conforme ANEXO nº 05;

9.5.4. Para os documentos apresentados que foram fornecidos através da internet, não será necessária a autenticação em cartório;

9.5.5. Declaração de enquadramento como ME/EPP.

9.6. Documentos complementares:

9.6.1. Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico, conforme ANEXO nº 09, anexo a esta Tomada de Preços nº 001/2020.

9.6.2. Declaração de Pessoal Disponível para a Obra, conforme ANEXO nº 10, anexo a esta Tomada de preços nº 001/2020.

9.6.3. Declaração de Disponibilidade para a Obra, conforme ANEXO nº 11, anexo a esta Tomada de Preços nº 001/2020.

<b>Capítulo X</b>	<b>PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2</b>
-------------------	---

10.1. Deverá ser apresentado no Envelope Nº 2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados. As folhas deverão, preferivelmente, ser do tamanho A4 e conter um índice dos documentos com as páginas correspondentes, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente, apresentando ao final um "Termo de Encerramento" no qual se declare o número de folhas do volume, também assinado pelo representante legal.

10.2. Carta Proposta de Preços

10.2.1. A carta - proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, elaborada em língua portuguesa em papel timbrado da licitante, sem



emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme ANEXO Nº 01 sugerido em anexo, e deverá conter:

- a) razão social, endereço, telefone, fax, e o CNPJ/MF da proponente;
- b) nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) data;
- d) valor global da proposta, em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de abertura da licitação.
- f) declaração de que nos preços proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados nos projetos;
- g) especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

10.3. Planilha de Serviços (planilha orçamentária da proposta):

10.3.1. A planilha de serviços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, em formulário timbrado da licitante, sem emendas, rasura ou entrelinhas, devendo conter:

- a) razão social;
- b) data;
- c) deverá ser feita uma planilha;
- d) item, discriminação do serviço, unidade, quantidade, preço unitário, total parcial e total geral;
  - d.1) todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da proposta de preços, inclusive as parciais, devem ter suas partes decimais consideradas com duas casas, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).
- e) nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura na última folha e rubrica nas demais.

10.3.2. Os preços cotados para esta licitação deverão ser expressos em moeda corrente do país, em algarismo e por extenso e nestes deverão estar incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas materiais, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, uniformes/EPI's, ferramentas, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro, custo de capital, combustíveis, pneumáticos, lubrificantes e demais tributos e despesas necessárias à execução dos serviços.

10.3.3. Os preços constantes na "PROPOSTA DE PREÇOS" constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração devida a CONTRATADA pela total execução dos serviços, sendo todas as obrigações decorrentes do contrato serão de responsabilidade da CONTRATADA.

10.3.4. Será exigido da empresa vencedora, a apresentação de uma planilha de quantitativos e preços com todas as etapas de cálculo, onde expressem a composição detalhada de todos os preços unitários e global de cada item da planilha, fundamentado nos quantitativos de serviços compatíveis com o orçamento da Prefeitura.

10.3.5. A composição de preços deverá ser preenchida com os preços unitários para todos os itens quantificados, junto ao Anexo XV, Composição de Preços, assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome, título e registro no CREA, deverão constar de maneira legível e clara (Lei Federal nº 5.194/66 e Resolução nº 218/73 -



CONFEA), sem rasuras, emendas ou entrelinhas, onde não havendo, a licitante estará assumindo que assume todos os custos que possam incidir sobre a necessidade de conclusão da reforma.

10.3.6. Os salários considerados nos cálculos não poderão ser inferiores a aqueles estabelecidos em acordos ou convenções trabalhistas celebrados entre entidades sindicais patronal e de empregados. E os encargos sociais e tributários deverão estar de acordo com alíquotas definidas na legislação vigente e índices oficiais.

10.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

10.4.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.2. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

10.5. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

10.6. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

<b>Capítulo XI</b>	<b>DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS</b>
--------------------	--

11.1. A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos, as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, e que obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta de preços, e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.

11.2. Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações e os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.

11.3. Não será levada em consideração a proposta para execução parcial dos serviços, nem que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço.

11.4. Fica facultado à Comissão Permanente de Licitação solicitar aos licitantes a revalidação da proposta após a expiração do prazo de validade da proposta apresentada, caso seja de interesse dos mesmos.

11.5. Será desclassificada a Proposta de Preços que:

11.5.1. Seja incompleta, isto é, não contenha informações suficientes que permitam a perfeita identificação qualitativa e quantitativa dos serviços licitados;

11.5.2. Contiver qualquer limitação ou condição contrastante com este Edital, ou sejam manifestamente inexequíveis;

11.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme anexo à Tomada de Preços, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.



11.6.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

11.6.2. Os licitantes acima identificados que não apresentarem a referida declaração não usufruirão do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007.

#### 11.7. DA ABERTURA DA SESSÃO

11.7.1. No dia e horário estabelecido neste Edital, o(a) Presidente da CPL fará a abertura da sessão, recebendo primeiramente da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (Anexo IV), a Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação prevista, apresentação dos atos constitucionais caso empresa, com fotocópia dos documentos dos sócios, procuração com firma reconhecida dando poderes para representação, fotocópia do procurador, ou sendo o parte do quadro social, apresentação de documento de identidade, juntamente com os envelopes de proposta e habilitação e comprovante de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte em sendo o caso com respectiva declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, Anexo VI.

11.7.2. Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

#### 11.8. FASE 01: HABILITAÇÃO

11.8.1. Encerrada o credenciamento, o(a) Presidente da CPL(a) procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação da licitante, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

11.8.2. Após a análise das habilitações pelo(a) Presidente da CPL(a), equipe de apoio, os participantes, através de seus representantes, darão visto em todas as folhas da habilitação apresentadas.

11.8.3. Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado habilitado, vindo o mesmo estar apto a passar para a próxima fase, caso não haja interposição de recursos.

11.8.4. Serão inabilitadas os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular ou deixar de apresentar qualquer documento exigido neste edital, conforme estabelecido neste Edital, podendo, inclusive, ser a empresa penalizada conforme os ditames da lei.

#### 11.9. FASE 02: ANÁLISE DAS PROPOSTAS

11.9.1. Terminada a fase de habilitação, o(a) Presidente da CPL(a) passará para a abertura dos envelopes de propostas de preços, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

11.9.2. Após a análise das propostas pelo(a) Presidente da CPL(a), equipe de apoio, os participantes, através de seus representantes, darão visto em todas as propostas apresentadas.

11.9.3. O preço a ser considerado, para fins de proposta, será aquele relativo ao preço global da proposta.

11.9.4. Durante a fase de análise de propostas, o Presidente da CPL monitorará as propostas ofertadas, de modo a desclassificar propostas inexeqüíveis ou com preço excessivo.

11.9.5. Encerrada a análise e ordenadas as propostas, será considerada vencedora a empresa licitante que apresentou a menor proposta global, ressalvados os casos das MICROEMPRESAS e/ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que considerarão empatados mesmo que superior 10% (dez por cento), tendo como critério de



desempate a preferência de contratação, conforme § 1º, art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2003.

11.9.6. Caso a empresa que ofertou a proposta final de menor preço seja uma empresa de grande porte, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme item 7.5.

11.9.7. O empate fictício citado no item anterior será considerado aquela situação em que a proposta final apresentada pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço final.

11.9.8. Terminada toda esta análise, o objeto será adjudicado em favor da proposta declarada vencedora do certame.

11.9.9. O encerramento da etapa de análise de propostas dar-se-á quando, indagadas pelo Presidente da CPL, se os licitantes manifestaram seu interesse em interpor recurso pertinente e este seja declarado por todos os presentes o seu desinteresse.

**Capítulo XII****RECEPÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

12.1. No dia, na hora e no local fixado neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes fechados e inviolados dos Documentos de Habilitação (Envelope Nº 01) e Proposta de Preços (Envelope Nº 02).

12.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

12.3. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

12.4. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

12.5. Em nenhuma hipótese, será concedida prorrogação de prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos Envelopes Nº 1 e Nº 2. No entanto, o seu exclusivo critério, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessário, bem como solicitar o original de documentos da proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis seguintes ao pedido.

12.6. Após a abertura dos Envelopes Nº 01 e Nº 02, toda a documentação contida nestes serão rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes dos licitantes presentes e conferidos de acordo com as exigências deste Edital. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgar necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando sua decisão às licitantes.

12.7. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos de habilitação já rubricados e os envelopes nº 02 contendo as Propostas de Preços, devidamente fechados e rubricados externamente por todos os licitantes participantes e membros da Comissão Permanente de Licitação, permanecerão em poder desta, até que seja concluída fase de habilitação.

12.8. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.



12.9. Será lavrada ata circunstanciada de todas as reuniões públicas da licitação, que será submetida à apreciação dos licitantes, e será onde se registrará as reclamações, impugnações e demais ocorrências, devendo ser assinada por todos os presentes.

12.10. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio desta Tomada de Preços.

12.11. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

12.12. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

<b>Capítulo XIII</b>	<b>ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO</b>
----------------------	--

13.1. Recolhidos os envelopes de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes de documentação, para verificação do seu conteúdo em confronto com as exigências deste Edital.

13.2. A Comissão Permanente de Licitação, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação, emitirá parecer conclusivo, logo após consultar as licitantes sobre possíveis impugnações que venham a ser solicitadas.

13.3. Após conferência e rubrica, pela Comissão Permanente de Licitação, dos documentos contidos nos envelopes de habilitação, os mesmos serão também analisados e rubricados por todas as licitantes credenciadas.

13.4. Conferidos e rubricados, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, suspender a reunião para proceder à análise detalhada dos documentos apresentados.

13.5. Após análise e parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação, será o resultado divulgado em sessão pública na presença dos interessados caso haja interesse na presença ou publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, abrindo-se o prazo recursal nos termos da Lei, ficando o processo com vista franqueada aos interessados.

13.6. Decorrido o prazo recursal e não tendo ocorrido interposição de recursos, ou depois de decididos os eventuais recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação convocará os interessados para a sessão pública de abertura dos Envelopes Nº 2 contendo a proposta das empresas habilitadas, ocasião em que serão devolvidos aos representantes credenciados os envelopes, devidamente fechados, contendo as propostas das empresas inabilitadas, quando for o caso.

13.7. Caso, após o exame da documentação apresentada, se consiga chegar à mesma sessão a uma conclusão sobre o resultado da presente etapa e houver renúncia expressa por parte de todos os licitantes ao direito de impetrar recurso, poderá a Comissão Permanente de Licitação, de imediato proceder à abertura dos Envelopes Nº 2 dos licitantes habilitados, devolvendo intacto o Envelope Nº 2 aos licitantes não habilitados.

13.8. Não ocorrendo dita renúncia e exercendo um ou mais licitantes seu direito à interposição de recursos no prazo legal, estes terão efeito suspensivo, o que será comunicado pela Comissão Permanente de Licitação aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes.

13.9. Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido.

13.10. Qualquer documento que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.

13.11. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.





13.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, nesta, ou em qualquer outra fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.13. Será considerada habilitada a proponente cuja documentação atenda às exigências estabelecidas no Edital.

<b>Capítulo XIV</b>	<b>ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS</b>
---------------------	---

14.1. Transcorridos os prazos legais, na data fixada para a reunião de abertura dos envelopes de Proposta de Preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos Envelopes Nº 2 das proponentes habilitadas, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o valor global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta, que será rubricada pela Comissão e pelos representantes das proponentes presentes.

14.2. Na data aprazada devolverá também, às proponentes não habilitadas, os respectivos Envelopes Nº 2 fechados e inviolados. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato, o envelope Nº 2 será devolvido através dos meios convencionais, após a homologação da licitação.

<b>Capítulo XV</b>	<b>JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA</b>
--------------------	---

15.1. A Comissão Permanente de Licitação julgará e classificará as propostas de preços e reduzirá a termo por meio de ata as suas conclusões e julgamento, o qual será encaminhado para a autoridade competente para as demais providências.

15.2. O critério a ser utilizado no julgamento da proposta é o de menor preço GLOBAL apresentado para a execução dos serviços.

15.3. A proposta será classificada em ordem de valor crescente de acordo com o preço global, sendo considerada vencedora para fins de adjudicação a proposta da empresa habilitada que apresentar o menor preço global apresentado, incluindo a parte civil, materiais e equipamentos, assim como o transporte desses, conforme plano de trabalho/termo de referência.

15.4. Não será levada em consideração a proposta que contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas.

15.5. A Comissão Permanente de Licitação fará a conferência da planilha de serviços, que contém os preços unitários e as quantidades propostas. Constatado erro aritmético este serão corrigidos da seguinte maneira:

a) se houver divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a Comissão procederá à correção dos subtotais, mantendo-se os quantitativos, através da multiplicação do quantitativo estimados na Planilha Orçamentária da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada pelos respectivos valores apresentados na Planilha Orçamentária do licitante, prevalecendo o preço total corrigido. Se a licitante não aceitar a correção, sua proposta será desclassificada, garantindo-se seu acesso à memória de cálculo da Comissão Permanente de Licitação;

15.6. Para fim de rejeição, comparação e classificação da proposta de preços prevalecerá o valor global corrigido, quer seja para mais ou para menos.

15.7. Será desclassificada a Proposta de Preços que:



15.7.1. Estiver elaborada em desacordo com o presente Edital, ou que proponham qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, ou que apresentem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;

15.7.2. A planilha orçamentária apresentada pela licitante deverá ser equivalente a planilha base do Município de Cachoeira Dourada, não podendo ser demasiadamente divergente (no âmbito equitativo) da planilha base do Município, haja vista as várias ocorrências dos serviços abandonadas após as primeiras fases de execução, quando empresas aumentam o valor da planilha na primeira fase para se ganhar mais e após isso abandonam os serviços, com maior quantidade de lucro, deixando o município em significativo prejuízo, razão que a planilha de proposta a ser apresentada pela licitante deva ser equilibrada desde o primeiro item até o último, onde tal planilha proposta será analisada por comissão do Departamento de Engenharia para averiguação de tal proposta antes da homologação em sendo o caso.

15.7.3. venha a ser considerada inexecutável pela Comissão Permanente de Licitação, quando for razoável concluir que a proponente não seria capaz de executar o contrato ao preço de sua oferta, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.7.4. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

15.7.5. Apresentar preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

15.7.5.1. Considera-se manifestamente inexecutável a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou;
- b. Valor orçado pela Administração.

15.7.5.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 3 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação (*Acórdão nº 141/2008 – Plenário*).

15.7.6. Apresentar, na composição de seus preços:

15.7.6.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

15.7.6.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

15.7.6.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

15.7.6.4. Lucro igual a zero ou ínfimo.

15.7.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7.9. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

15.8. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitantes microempresas - ME - ou empresas de pequeno porte - EPP, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 - COOP -, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:



15.8.1. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP;

15.8.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada;

15.8.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras desta Tomada de Preços, em sessão pública, no prazo de 03 (dias úteis), contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

15.8.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores;

15.8.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima;

15.8.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial;

15.8.6. Caso não se verifique a situação prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate para fins de classificação será o sorteio, realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

15.8.6.1. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados;

15.8.6.2. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

15.9. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados;

15.9.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal;

15.9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81



da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

15.10. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

15.11. A Comissão de Licitações reserva-se o direito de exigir, em qualquer época ou oportunidade, os documentos ou informações complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e compreensão dos documentos apresentados.

<b>Capítulo XVI</b>	<b>ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, CONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO</b>
---------------------	---

16.1. Se nenhuma irregularidade for verificada, a Comissão Permanente de Licitação, após o julgamento e adjudicação, encaminhará a autoridade superior para a devida homologação dos serviços à proponente que maiores vantagens ofereceu à administração.

16.2. A execução dos serviços dar-se-á mediante termo de contrato de Prestação de Serviços, a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada e a proponente vencedora da licitação, após a homologação da licitação.

16.3. A proponente vencedora será convocada para, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sujeitando-se, ainda, às penalidades previstas em lei, sem prejuízo das sanções previstas nesta Tomada de Preços, assinar o termo de contrato de empreitada, conforme ANEXO Nº 16.

16.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

16.4. É facultado à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, quando a convocada não assinar o termo de contrato de empreitada no prazo e nas condições estabelecidas, convocar a segunda classificada, e, não o fazendo, convocar a terceira classificada e assim sucessivamente até se efetivar a formalização do termo de contrato de empreitada, ou revogar a licitação independente das penalidades previstas no presente Edital.

16.5. Até a assinatura do termo de contrato de empreitada, a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, desde que haja conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

16.6. Farão parte integrante do contrato todos os documentos constituintes do processo da presente licitação.

16.7. Será de responsabilidade da CONTRATADA, executar com perfeição, segurança, seguindo o plano de trabalho e metodologia apresentada para todos os serviços contratados, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento do serviço, obrigando-se a repará-lo de imediato ou refazê-lo.

16.8. A CONTRATADA deverá a pedido da fiscalização, excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que esta julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais.

16.9. A CONTRATADA deverá durante a execução dos serviços, cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do



Trabalho, efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre o contrato.

16.10. A CONTRATADA deverá providenciar uniformes padronizados e aprovados pela Fiscalização, exigir o uso de equipamentos de proteção individual para o adequado desempenho de cada atividade, bem como o uso frequente e sistemático de EPC- Equipamento de Proteção Coletivo.

16.11. Deverá durante a execução dos serviços, assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou à terceiros, cometido por seus empregados ou prepostos.

16.12. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

16.12.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.13. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.14. Correrão por conta da CONTRATADA quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

16.15. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

16.16. É permitida a subcontratação parcial, nos termos do Projeto Básico, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, devendo ser observado o artigo 7º do Decreto nº 6.204, de 2007, acerca da possibilidade de subcontratação em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 bem como demais regras contidas nos incisos I a V do artigo 7º do referido Decreto, desde que tudo acima seja previamente autorizado pelo CONTRATANTE.

16.17. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

16.18. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.19. A CONTRATADA assume irrestritamente toda a responsabilidade trabalhista, fiscal, cível e criminal de seus funcionários, inclusive referente a quaisquer tipos de ações judiciais ou administrativas, inclusive se por ventura ocorrer acidentes junto aos funcionários ou a terceiros cidadãos da cidade.

## Capítulo XVII

## RECURSOS

17.1. É facultado a qualquer proponente formular reclamações e impugnações no transcurso das sessões públicas da licitação, que deverão constar nas atas dos trabalhos.

17.2. Os recursos, cabíveis nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, serão interpostos, por escrito, e encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo na sede desta Prefeitura, não sendo permitidos recursos por meio de e-mail's, fax ou similares.

17.3. Interposto recurso, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, pelo prazo legal, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação o apreciará e decidirá pela manutenção ou reforma do ato recorrido.



17.4. Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

17.4.1. Recurso hierárquico, no prazo de 02 (dois) dias úteis (redação do art. 109, §6º, da Lei nº 8.666/93), a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

17.4.1.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

17.4.1.2. julgamento das propostas;

17.4.1.3. anulação ou revogação da licitação;

17.4.1.4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

17.4.1.5. rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.1.6. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

17.4.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

17.4.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade por decisão do Ministro de Estado.

17.5. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contra-razões no prazo de 02 (dois) dias úteis.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.

17.7. A decisão deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do recurso.

<b>Capítulo XVIII</b>	<b>PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>
-----------------------	---

18.1. O prazo total previsto para a execução da reforma será até 30 (trinta) dias e vigência do contrato até o dia 31 de Julho de 2020, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" pela empresa a ser contratada, podendo ser prorrogado nos Termos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes, e ainda, caso necessário, poderá ser aditivado seu objeto até o limite de 50% (cinquenta por cento), por serviços congêneres haja vista se tratar de uma reforma.

<b>Capítulo XIX</b>	<b>PENALIDADES</b>
---------------------	--------------------

19.1. Caberá após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

19.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço contratado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos.



19.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

19.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o trigésimo dia de atraso.

19.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 19.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até dois anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

19.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

19.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 19.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

19.2. Fica garantido ao prestador o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

19.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

19.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

19.5. As penalidades podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente conforme acima descritas sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

<b>Capítulo XX</b>	<b>FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS</b>
--------------------	--

20.1. A fiscalização da execução dos serviços será feita por pessoa ou empresa devidamente designada pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, com



responsabilidades específicas e de conformidade com o contrato além das condições relacionadas neste capítulo.

20.2. A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

a) Inspecionem a qualquer tempo a execução dos serviços;

b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

20.3. A CONTRATADA deverá manter em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

20.4. O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com a presente tomada de preços e seus Anexos e com o contrato.

20.5. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante do CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20.6. A CONTRATADA deve manter em seu escritório um projeto completo dos serviços, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização.

20.7. A CONTRATADA deve manter no local dos serviços o boletim diário de ocorrências, o qual, diariamente, deverá ser preenchido pelo encarregado da CONTRATADA e rubricado pela fiscalização.

20.8. Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou pagamento direto, inclusive podendo ficar suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos com a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Estas sanções serão aplicadas sem prejuízo de outras previstas no Art.87 da Lei Federal Nº 8.666/93.

20.9. Assim que a execução dos serviços for concluída de conformidade com o contrato a cada mês, será emitido Termo de Recebimento Provisório, o qual será o único comprovante da execução dos serviços, e será assinado pela fiscalização.

20.10. Após o prazo de 30 (trinta) dias do recebimento provisório será procedido o recebimento definitivo, através de comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE, ocasião em que será lavrado Termo de Recebimento Definitivo. Durante esse período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do que foi por ela executado. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas no Capítulo XIX - PENALIDADES.

<b>Capítulo XXI</b>	<b>SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO</b>
---------------------	---

21.1. A CONTRATADA deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual - EPI.

21.2. A CONTRATADA deverá treinar e tornar obrigatório o uso do EPI.

21.3. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal Nº 6.514 de 22/12/77, Portaria Nº 3.214 de 08/06/78, Normas Regulamentares - NR 01 a 28 e em especial as NR 04 a 06 e 18.





21.4. Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

21.5. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

21.6. Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do CONTRATANTE e de outrem, e aos materiais envolvidos nos serviços, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NR aprovadas pela Portaria Nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal Nº 6.514, de 22/12/77.

21.7. Somente está autorizada a executar os serviços para o CONTRATANTE a CONTRATADA que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.

21.8. O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido nos itens acima, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências da Lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso nos serviços.

21.9. A CONTRATADA deverá de imediato, providenciar o atendimento das exigências do CONTRATANTE. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo.

21.10. Esgotado o prazo descrito no item anterior, o CONTRATANTE poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando da CONTRATADA as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.

21.11. A CONTRATADA deverá ter em seu escritório cartão de ponto ou similar que comprove o horário de atividades dos funcionários contratados pela mesma, sendo que a falta destes quesitos poderão incorrer nas penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.

<b>Capítulo XXII</b>	<b>MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>
----------------------	---

22.1. Todos os materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra que serão utilizados nos serviços deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA e todos os custos de aquisição, de transporte, de armazenamento ou de utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos.

22.2. A responsabilidade pelo fornecimento, em tempo hábil, dos materiais, máquinas e equipamentos será exclusivamente da CONTRATADA. Ela não poderá solicitar prorrogação do prazo de execução, nem justificar retardamento na conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente dos mesmos.

<b>Capítulo XXIII</b>	<b>PAGAMENTO</b>
-----------------------	------------------

23.1. O Município de Cachoeira Dourada efetuará à CONTRATADA os pagamentos, nas condições e prazos estipulados no contrato e de acordo com as medições efetuadas pelo CONTRATANTE;



23.2. O faturamento deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) Nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número da licitação, número do Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;
- b) Atestado de conferencia e aceitação dos serviços de cada mês, emitidos pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;

23.3. A CONTRATADA entregará, obrigatoriamente, junto com a nota fiscal de prestação de serviços, à Secretaria gestora deste contrato, como condição para a efetivação do pagamento, os seguintes documentos:

- a) Respectiva fatura e Nota Fiscal (emitida com data do primeiro dia do mês subsequente ao prestação de serviços);
- b) Declaração formal do responsável legal da firma, de que todas as obrigações da legislação trabalhista foram cumpridas, inclusive quanto à quitação da folha de pagamento dos funcionários contratados para execução destes serviços, até o 5º. dia útil do mês subsequente, conforme previsto na CLT(Consolidação das Leis Trabalhistas);
- c) Planilha detalhada contendo a relação nominal dos empregados, o salário da categoria, os encargos, custos e benefícios, faltas, licenças, taxa de administração e demais despesas, fechando com a folha de pagamento;
- d) SEFIP individualizada por tomador;
- e) GFIP;
- f) Demais documentos comprobatórios do recolhimento dos encargos sociais relativos a esta contratação (GPS e GRF) do mês anterior, nos termos da Lei Federal nº. 9.032, de 28.04.95;
- g) Certidão Negativa do INSS;
- h) Certidão de Regularidade Fiscal (FGTS);
- i) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
- j) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- k) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- l) Prova de Regularidade Trabalhista - CNDT.

23.4. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação da documentação exigida acima. No caso de irregularidade na emissão dos documentos descritos no item anterior, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

23.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação trabalhista, fiscal ou previdenciária, decorrentes da execução deste contrato, não podendo a CONTRATADA, vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pelo CONTRATANTE.

23.6. O pagamentos correspondentes às medições efetuadas, se dará em moeda brasileira corrente em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, devidamente atestadas e protocoladas, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas, sendo que tal prazo somente começará a correr mediante a existência de toda a documentação completa devidamente protocolada anexada ao processo de pagamento junto a respectiva Nota Fiscal e Boletim de Medição.

23.7. A fiscalização precederá às medições mensais baseadas nos serviços realizados, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

- 23.7.1. A primeira medição ocorrerá no último dia do mês em que for expedida a Ordem de Serviço. As medições subseqüentes deverão ocorrer entre os dias 25 a 30 de cada mês ou se necessário for outras anteriormente a essas datas.

**Capítulo XXIV****REAJUSTE DE PREÇOS**

24.1. A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira poderá ser reajustável com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação da proposta.

24.2. Os preços propostos são fixos e irajustáveis, ressalvada as hipóteses para o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, o qual presidirá a relação entre as partes e no caso de prorrogação do contrato, decorridos os 12 (doze) meses da avença, nos termos da Lei Federal 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, quando se aplicarão a seguinte forma:

$$R = P_i * \{0,75 * [(L_i - L_o)/L_o] + 0,25 * (P_i - P_o)/P_o\}$$
 onde:

R é o valor do reajustamento;

P<sub>i</sub> é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

L<sub>i</sub> é o valor do salário mínimo na data do reajustamento;

L<sub>o</sub> é o valor do salário mínimo na data da apresentação da proposta;

P<sub>i</sub> é o valor do IGP-M na data do reajustamento; e

P<sub>o</sub> é o valor do IGP-M na data da apresentação da proposta.

24.2.1. A comprovação da majoração de um determinado item em nível nacional ou regional que afetar o equilíbrio do contrato, será feita através de:

- Apresentação das Notas Fiscais de compras referentes ao distribuidor, tanto da época do início do contrato como da ocasião do suposto aumento;
- Apresentação de revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- Apresentação de planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).
- Apresentação da modificação do estatuto social do sindicato;

24.2.2. O reajuste de que trata a cláusula anterior somente poderá ser deferido mediante solicitação prévia da CONTRATADA, sob pena de preclusão lógica.

24.2.3. Não sendo conhecido até a época da elaboração do documento de cobrança, o índice definitivo utilizado para o reajustamento, será aplicado de forma provisória, o último índice conhecido. As eventuais diferenças apuradas após a divulgação do índice definitivo serão acertadas por ocasião do pagamento da fatura do mês seguinte.

24.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, ou alteração qualitativa ou quantitativa, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento base total da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico- financeiro do contrato e a manutenção do percentual de caução ofertado pela CONTRATADA, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

**Capítulo XXV****DA RESCISÃO CONTRATUAL**

25.1. O contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, no todo ou em parte de pleno direito, em qualquer tempo, isento de quaisquer ônus ou responsabilidade, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com os Artigos 77 à 79, seção V, da Lei Federal nº.8.666/93, sem qualquer espécie de indenização à CONTRATADA, quando se verificar:



- 25.1.1. O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;
  - 25.1.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;
  - 25.1.3. A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa do CONTRATANTE;
  - 25.1.4. Falência, concordata ou dissolução da CONTRATADA;
  - 25.1.5. Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
  - 25.1.6. Procedimento irregular da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada e/ou terceiros;
  - 25.1.7. Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão dos serviços, não sendo o caso de prorrogação por meio de termo aditivo devidamente fundamentado;
  - 25.1.8. O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;
  - 25.1.9. Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;
  - 25.1.10. Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;
  - 25.1.11. Utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;
  - 25.1.12. Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas ulteriores modificações;
- 25.2. A rescisão do contrato unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:
- 25.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
  - 25.2.2. Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.
- 25.3. No caso de rescisão por parte da CONTRATADA deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada num prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.
- 25.4. O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à CONTRATADA o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.
- 25.5. Declarada à rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no escritório da empresa, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes.
- 25.6. No caso de rescisão unilateral em razão da necessidade pública, está notificará a CONTRATADA com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias acerca da necessidade e decretação da rescisão.
- 25.7. A rescisão ocorrendo por culpa da CONTRATADA, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº. 8.666/93, Capítulo IV, Seção I, art.'s 81 à 108, bem como nas estabelecidas no Edital de Licitações e neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público pelo prazo de lei.



25.8. Ocorrerá de forma unilateral a rescisão de acordo com a necessidade do Poder Público, nos termos da lei sem direito a indenização.

<b>Capítulo XXVI</b>	<b>DA GARANTIA</b>
----------------------	--------------------

- 26.1. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 26.1.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 26.1.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 26.1.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
  - e
  - 26.1.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;
- 26.2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos subitens acima.
- 26.3. Em razão da baixa complexidade e rápida execução, não será exigido garantia, haja vista também a possibilidade das aplicações de multas e sanções gerando assim abatimento antes dos pagamentos.

<b>Capítulo XXVII</b>	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>
-----------------------	---------------------------

- 27.1. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às condições estabelecidas neste Edital, sem que caiba às proponentes, a qualquer tempo, o direito de qualquer reclamação ou indenização, seja de que natureza for.
- 27.2. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada poderá declarar a licitação fracassada, quando nenhuma da proposta de preços satisfizer o objeto e/ou o projeto e/ou as especificações e evidenciar que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 27.3. A participação nesta licitação implica em pleno conhecimento e aceitação integral e irrevogável dos termos do seu Edital, assim como de sujeição às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 27.4. Outras informações e esclarecimentos relativos ao contido no Edital poderão ser solicitados, por escrito, junto à Comissão Permanente de Licitação, até 05 (cinco) dias corridos antes da data fixada para entrega dos Envelopes Nº 1 e 2. As respostas serão enviadas por escrito, igualmente, a todas as proponentes, sem identificar a consulente, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos que antecedem o recebimento dos Envelopes retro citados.
- 27.5. Fica estabelecido que toda ou qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores do Órgão licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e reivindicações por parte das proponentes.
- 27.6. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos efetivamente executados, através de medição dos serviços e dos materiais existentes no local dos serviços.
- 27.7. A critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, poderá a CONTRATADA durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.



27.8. A CONTRATADA, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.

27.9. A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e expressa da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

27.10. A licitante CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, colocar, em até 15 (quinze) dias corridos após o início dos serviços, a placa da empresa no escritório locado na cidade de Cachoeira Dourada, sob pena de multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual, por dia de atraso na sua colocação.

27.11. Caberá à CONTRATADA o pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução do contrato.

27.12. Fica estabelecido que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, providenciar todo e qualquer controle tecnológico necessário à execução do(s) Projeto(s), objeto da Licitação.

27.13. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

27.14. A empresa licitante que vier a ser CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, a seguinte documentação:

27.14.1. Prova da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com a relação do(s) nome(s) e registro(s) do(s) profissional(is) que acompanhará(ão) a execução dos serviços;

27.15. Caso haja necessidade da substituição do engenheiro indicado como responsável técnico pelos serviços objeto desta licitação, deverá ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e somente será efetivada após a aprovação pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

27.16. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou seus representantes, na execução dos serviços contratados, ficando isenta o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos, inclusive abatendo sobre os valores a receber, e ainda responsáveis por qualquer tipo de ocorrência criminal.

27.17. A CONTRATADA deverá atender ao que dispõe o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII.

27.18. A CONTRATADA deverá atender às determinações de fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e prestar toda assistência e colaboração necessária.

27.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, em dias corridos.

27.20. Caso nas datas previstas para a realização de eventos da presente licitação não haja expediente na Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, aqueles eventos serão automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

27.21. A CONTRATADA fornecerá no local dos serviços, funcionários preferencialmente uniformizados e com identificação da empresa.

27.22. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

27.22.1. Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda,



a autenticação dos mesmos por servidor da administração e ou pelos membros da Comissão de Licitação;

27.22.2. O não cumprimento da diligência no prazo determinado poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

27.23. É vedado à subcontratação total do objeto desta licitação. A CONTRATADA poderá subcontratar a execução parcial dos serviços objeto deste certame, mediante autorização da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO, devendo neste caso, responder pela execução e qualidade técnica dos serviços subcontratados.

27.24. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Sr. Prefeito de Cachoeira Dourada - GO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

27.25. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO, poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.26. Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO, reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

27.27. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

27.28. A qualquer momento ou Fase da Licitação a C.P.L. poderá proceder diligências ou suspender seções públicas que achar conveniente para solução ou averiguação de qualquer tipo de dúvida.

<b>Capítulo XXVIII</b>	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>
------------------------	---------------------------

28.1. O representante credenciado da licitante presente ao ato de abertura dos envelopes será considerado como investido de amplos poderes para tomar quaisquer decisões, em caráter irrecorrível, sobre a licitação, inclusive quanto à desistência de interposição de recursos.

28.2. A qualquer momento a C.P.L. poderá promover diligência ou determinar ações para apuração de dúvidas.

28.3. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações.

28.4. Conforme o art. 111 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, todos os direitos autorais relativos a estudos e projetos eventualmente desenvolvidos pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratual, serão cedidos o CONTRATANTE, podendo esta reutilizá-los gratuitamente em outros empreendimentos de sua responsabilidade, mediante informação escrita ao(s) autor (es) do projeto ou estudo.

<b>Capítulo XXIX</b>	<b>ARBITRAMENTO E FORO</b>
----------------------	----------------------------

29.1. Toda controvérsia ou reclamação relativa ao termo de contrato de empreitada ou dele decorrente será resolvida mediante arbitramento, segundo estabelecido nas leis brasileiras.

29.2. A interpretação dos termos do contrato de empreitada decorrente deste Edital será regida pelas leis brasileiras, cujo Foro eleito é o da Comarca da cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás que terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante do contrato, inclusive execução de eventuais arbitramentos feito, constituído assim, o foro de eleição, prevalecendo sobre outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



**Capítulo XXX**

**ELEMENTOS INSTRUTORES**

30.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes elementos anexos:

ANEXO I:

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS;

ANEXO II:

Declaração de inexistência de fato impeditivo ou superveniente;

ANEXO III:

Atestado de Visita;

ANEXO IV:

Credenciamento;

ANEXO V:

Declaração de atendimento ao inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO VI:

Declaração da condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP;

ANEXO VII:

Termo de aquisição, ciência e aceitação das condições para participação do processo;

ANEXO VIII:

Declaração de índice econômico-financeiro;

ANEXO IX:

Declaração de disponibilidade de pessoal técnico;

ANEXO X:

Declaração de pessoal disponível para a prestação de serviços;

ANEXO XI:

Declaração de disponibilidade para início dos serviços;

ANEXO XII:

Termo de Referência;

ANEXO XIII:

Projetos;

ANEXO XIV:

Composição de Preços e Planilhas;

ANEXO XV:

Minuta de Contrato.

**Cachoeira Dourada, 28 de Fevereiro de 2020.**

**TIAGO JOSÉ ALVES**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



ANEXO I**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2020  
Processo Administrativo nº 11981/2019

**1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E RESPONSÁVEIS LEGAIS**

NOME DA EMPRESA: .....  
ENDEREÇO: .....  
CNPJ: ..... INSCRIÇÃO ESTADUAL: .....  
NOME DO RESPONSÁVEL QUE ASSINA A PROPOSTA: .....  
RG: ..... ÓRGÃO EMISSOR/UF: ..... CPF: .....  
CARGO: .....  
TELEFONE(S) PARA CONTATO: .....  
E-MAIL: .....

RESPONSÁVEL COM PODERES PARA FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA (REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR) –NECESSÁRIO CONSTAR APENAS SE FOR DISTINTO DO ACIMA RELACIONADO:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR: .....  
RG: ..... ÓRGÃO EMISSOR/UF: ..... CPF: .....  
CARGO: .....  
TELEFONE(S) PARA CONTATO: .....  
E-MAIL: .....

**2. REFERÊNCIA**

Esta proposta refere-se ao Processo Licitatório Tomada de Preços nº 001/2020, da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, que tem como objeto a contratação de empresa para regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais em anexo.

**3. DECLARAÇÕES**

- 3.1. Declaramos aceitar todas as condições da licitação, comprometendo-nos a cumprir fielmente suas especificações e disposições, bem como nos sujeitar integralmente às disposições legais que regem as normas gerais sobre contratos no âmbito do Poder Público.
- 3.2. Declaramos ter analisado toda a documentação constante da licitação supramencionada e tomado conhecimento de suas condições e obrigações, propondo executar/fornecer, sob nossa integral responsabilidade, o objeto desse processo, sob as condições gerais de execução e fornecimento que apresentamos.
- 3.3. Concordamos que o material técnico em que baseou a presente licitação está correto, não havendo questionamentos posteriores a serem efetuados.



3.4. Nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas inerentes a prestação dos serviços.

#### 4. PRAZO

4.1. Os serviços/fornecimentos serão prestados/fornecidos/iniciados no prazo máximo de 48 horas da requisição ou ordem de serviço.

4.2. O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

4.3. Caso o presente objeto seja de execução de obras, será obedecido o cronograma físico-financeiro para término e conclusão.

#### 5. PREÇO

5.1. O valor global da presente proposta perfaz o valor de R\$..... (.....). O valor total proposto está expresso em moeda corrente nacional, o "Real".

5.2. Na forma unitária, temos a seguinte apresentação de proposta:

ITEM	OBJETO	UNID.MED.	QUANTID.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
...					
<b>TOTAL GERAL</b>					

#### 6. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

BANCO: <nome>

AGÊNCIA: <número e dígito, se houver>

CONTA CORRENTE EM NOME DA PESSOA JURÍDICA: <número da conta e dígito>

Local, data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(carteira de identidade número e órgão emissor)  
Carimbo da Empresa

À  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada  
At. da Comissão de Licitações  
Cachoeira Dourada – Goiás

#### OBSERVAÇÃO:

Esta proposta deverá ser redigida preferencialmente em papel timbrado da empresa, se houver. Se ultrapassar uma lauda, as anteriores à última deverão estar rubricadas pelo signatário da última.



ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES**

Processo Administrativo nº 11981/2019

A ..... (razão social da empresa),  
CNPJ n.º.....-....., localizada à .....,  
declara, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, que não existem  
fatos supervenientes a esta licitação que sejam impeditivos de sua habilitação para este  
certame licitatório no Município de Cachoeira Dourada - Estado de Goiás - TOMADA DE  
PREÇOS n.º 001/2020.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



## ANEXO III

### ATESTADO DE VISITA

Processo Administrativo nº 11981/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à Reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, especificamente aqueles detalhados no Termo de Referência (anexo I).

Declaramos que o (a) Engenheiro (a) .....,inscrito (a) no CREA- ..... sob nº ....., na qualidade de responsável técnico (a) e devidamente credenciado pela empresa proponente ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., visitou o(s) local(is) da execução dos serviços de ....., objeto da TOMADA DE PREÇOS em epígrafe.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa

(nome e assinatura do engenheiro da proponente)



ANEXO IV

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Processo Administrativo nº 11981/2019

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) do RG n.º.....e do CPF n.º....., a participar da licitação instaurada pelo Município de Cachoeira Dourada - Estado de Goiás, na modalidade Tomada de preços n.º 001/2020, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa....., bem como formular propostas, manifestar-se durante a seção, renunciar direitos, recorrer ou desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO  
INCISO XXXII DO ART. 7º DA CF/88**

Processo Administrativo nº 11981/2019

(Nome da empresa) ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não contrata menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Processo Administrativo nº 11981/2019

Nós da empresa ..... portadora do CNPJ nº .....-..... através do presente, declaramos que esta empresa é cadastrada como Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte conforme segue declaração/certidão emitida pela Junta Comercial do meu Estado para poder usufruir das prerrogativas pertinentes a matéria e tenho ciência da necessidade da tida declaração/certidão.

DECLARA ainda, para os devidos fins e a quem possa interessar que atendo a condição de microempresa - ME ou de empresa de pequeno porte - EPP, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC nº 123/06 e não me encaixo nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente das penalidades legais de natureza administrativa, civil e penal a que estou sujeito em caso de falso conteúdo das declarações prestadas.

Firmo o presente sob as penalidades da lei.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa

contador  
CRC  
Carimbo



ANEXO VII

**TERMO DE AQUISIÇÃO, CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO**

Processo Administrativo nº 11981/2019

O licitante abaixo declara ter adquirido cópia do edital e anexos do Processo Licitatório para participar da licitação abaixo nas formas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e Lei nº 10.520/02.

Declara ainda ter ciência de todas as prerrogativas do presente Edital e declara conhecimento de todas as documentações, exigências e condições para participação no presente certame.

Empresa : \_\_\_\_\_  
CNPJ : \_\_\_\_\_  
Endereço : \_\_\_\_\_  
Cidade : \_\_\_\_\_

Objeto: Contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à Reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, especificamente aqueles detalhados no Termo de Referência (anexo I).

Recurso: Rubrica Orçamentária de acordo com Edital.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE ÍNDICE ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Processo Administrativo nº 11981/2019

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Setor/Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_, e o seu CONTADOR o Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CRC sob nº \_\_\_\_\_, DECLARA que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da Empresa, os quais foram obtidos no balanço do último exercício social.

$$\begin{array}{l} \text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP}) \geq 1 \quad \frac{*}{\text{---}} \\ \text{ILC} = (\text{AC}) / (\text{PC}) \geq 1 \quad \frac{*}{\text{---}} \\ \text{ISG} = \text{AT} / (\text{PC} + \text{ELP}) \geq 1 \quad \frac{*}{\text{---}} \end{array}$$

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresacontador  
CRC  
Carimbo



ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO**

Processo Administrativo nº 11981/2019

À  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO.  
Comissão Permanente de Licitação

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº....., por meio de seu representante legal, DECLARA para os fins previstos no edital que o corpo técnico especializado necessário à prestação dos serviços estará à disposição para o início e para todo o desenvolvimento dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE PESSOAL DISPONÍVEL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Processo Administrativo nº 11981/2019

À  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO.  
Comissão Permanente de Licitação

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº....., por meio de seu representante legal, declara para os fins previstos no edital a disponibilidade do pessoal para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório e de conformidade com o quantitativo informado em sua proposta.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS**

Processo Administrativo nº 11981/2019

À  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO.  
Comissão Permanente de Licitação

A empresa ....., inscrita no CNPJ  
sob nº....., por meio de seu representante legal, vem  
DECLARAR, que se compromete a disponibilizar os equipamentos disponíveis para a  
prestação dos serviços objeto da licitação, conforme quantidade e especificações  
constantes no edital e seus anexos, assim como, na proposta apresentada, a partir da data  
de assinatura do Contrato.

Local e data.

responsável pela empresa  
Carimbo da Empresa



## ANEXO XII

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo nº 11981/2019

**1- OBJETO**

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à Reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico financeiro.

**2- ESTUDO PRÉVIO E JUSTIFICATIVA**

Devido a precariedade do prédio há infiltrações e diversas danificações devido ao delongar dos anos de construção do referido prédio, sendo necessários várias modificações, trocar, reformas de acordo com a exposição levantada pela Assessoria de Engenharia desta municipalidade.

O quadro próprio de servidores da Municipalidade encontra-se defasado de profissionais para a prestação de tais serviços mesmo para a realização dos mesmos em regime precário.

A Municipalidade “não possui” em seus quadros de servidores efetivos mão de obra.

A segurança dos usuários das instalações de atendimento não deverá ser comprometida em função da falta de servidores para o Município realizar as atividades para a preservação e conservação dos padrões de segurança, salubridade e conforto dos alunos e funcionários.

Assim, a rede de ensino desta unidade escolar necessita de um ambiente condigno com a segurança e conforto e estrutura física condizente para a busca condições de ensino.

Justifica-se a contratação dos serviços, tendo em vista que as instalações informadas no projeto básico encontram-se com necessárias condições de conservação.

**3- DEFINIÇÕES GERAIS**

A prestação dos serviços de reforma serão realizados por meio de empreitada global.

O presente memorial descritivo de procedimentos estabelece as condições técnicas a serem obedecidas para a reforma, remoção e assentamentos, revestimentos, encanamentos, serviços de janelas e portas, respectivas grades impermeabilizações e substituições.



Fixa, portanto, os parâmetros mínimos a serem atendidos para a utilização de materiais e realização dos serviços; e constituirão parte integrante do contrato de serviços e reformas.

Todos os serviços deverão ser desenvolvidos em consonância com as especificações fornecidas e devem obedecer a todas as prescrições contidas no presente memorial, às Normas Técnicas da ABNT e outras legislações pertinentes.

O (s) detalhe (s) técnico (s) que não constar (em) nas especificações fornecidas, deverão ser definidas pela CONTRATADA, junta à equipe de apoio e fiscalização.

A execução dos serviços deverão possuir anotação e responsabilidade técnica (ART), junto ao CREA.

Todas as despesas e serviços necessários à completa execução deverão ser cotados e o Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação não aceitará, em hipótese alguma, alegação de erros, omissões, falhas ou quaisquer outros argumentos que resultem em alteração do preço contratado.

A visita ao local da prestação dos serviços, a minuta do Contrato e o Edital se complementam, sendo a visita técnica estipulada entre os dias 04/03/2020 até o dia 16/03/2020 agendadas previamente com 02 dias de antecedência com acompanhamento de um representante do Município.

A Contratada deverá acatar todas as recomendações da equipe de apoio técnico e fiscalização da Assessoria de Engenharia da Prefeitura Municipal, considerando tratar-se de uma edificação com características particulares definidas e que requerem tratamento e cuidados especiais.

Os pagamentos de todas as despesas com taxas e emolumentos decorrentes de aprovação e/ou regularização do objeto junto ao município e órgãos públicos, e para o desenvolvimento dos serviços previstos nos Projetos serão de responsabilidade e conta da Contratada.

#### **4. ESPECIFICAÇÃO**

Objeto .....

Contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada global para reforma do no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO.

Prazo de execução .....

Execução por empreitada global para Reforma do no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO será de 30 (trinta) dias corridos, após a Ordem de Serviços.

Valor estimado .....

Construção conforme valor orçado/estimado de R\$ 42.727,74 (quarenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos).

Fontes de Recursos.....:

Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação:

Dotação Orçamentária: 1510.59.12.1.017.4.4.90.51.00 ficha 160

Recurso Financeiro:

Os recursos serão provenientes do Tesouro Municipal.

Exigência de atestados:



Capacitação técnico-profissional:

- Não há que se falar em apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional em razão da obra com característica mais simples, se tratando de uma reforma.

## **5. LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- A CONTRATADA deverá prestar os serviços no local solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura.
- A CONTRATADA deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência, Projetos, Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias de Estimativa de Custos e Cronogramas Físico-financeiro.

## **6. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- O prazo de execução da obra será de 30 (trinta) dias corridos, após a Ordem de Serviços emitida pela CONTRATANTE, observando o cronograma físico-financeiro.
- Prazo esse estipulado para atender o prazo de execução e o prazo de recebimento definitivo da obra, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº. 8666/93.
- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas na Lei nº. 8.666/93.

## **7. FORMA DE PAGAMENTO**

- Os pagamentos serão realizados de acordo com as medições aprovadas pela Assessoria de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada-GO, através da fiscalização dos serviços, realizada por engenheiro especialmente designado.
- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da nota fiscal que deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva ordem bancária de pagamento.
- A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.
- No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

## **8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- A gestão financeira será exercida pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e a fiscalização da execução da obra pelo engenheiro expressamente designado pelo Prefeito Municipal, que atuará juntamente com o gestor de contratos, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato/obra e de tudo dar ciência à Administração.
- A fiscalização de que trata o parágrafo anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666 de 1993.



- c.** Os serviços rejeitados pela fiscalização considerados como mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o emprego de materiais aprovados pela fiscalização e com a devida mão-de-obra qualificada, em tempo hábil para que não venha a prejudicar o Cronograma global dos serviços, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato.
- d.** O(s) fiscal (is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **9. OBRIGAÇÕES**

### **9.1. DA CONTRATADA**

- a.** Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
- b.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71, da Lei n° 8666/93.
- c.** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d.** Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e.** Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- f.** Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução devidamente quitada, no ato do recebimento da ordem de serviços emitida pela CONTRATANTE.
- g.** Apresentar todas as medições acompanhadas de planilha orçamentária, memorial fotográfico, plantas e CD com todos os arquivos nos respectivos formatos: planilha orçamentária (*x/s*), memorial fotográfico (*doc*), plantas (*dwg*).
- h.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar a execução do contrato prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- i.** Apresentar solicitação escrita à fiscalização dos serviços, minuciosamente justificada, quando se fizer necessária, mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente, por sua iniciativa.
- j.** Identificar o empreendimento com placa segundo ANEXO passado pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo afixá-la no prazo de até 12 (doze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos.
- k.** Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- l.** Manter na equipe quem prestará serviços nos objetos contratados apenas trabalhadores devidamente registrados em CTPS, devidamente comprovado e com os recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas atualizados.
- m.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, tais como: capacete de segurança, bota, luvas, protetor auditivo e óculos protetor.





## 9.2. DA CONTRATANTE

- a. Efetuar o pagamento ajustado de acordo com cada medição e cada serviço executado de acordo com a planilha orçamentária e,
- b. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contratado.
- c. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

## 10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

- a. Em caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma da obra, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 2% do valor total da etapa em atraso.
- b. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.
- c. Demais cominações legais estabelecidas no edital e na Lei Federal nº 8.666/93.

## 11. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- a. Capacitação técnico-profissional - deverá comprovar que possui na data da Licitação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, conforme Projetos e Memorial Descritivo, com a devida apresentação da carteira profissional do CREA, seja de engenheiro ou profissional afim que possui capacidade e competência para ser responsável técnico pelos serviços deste contrato.
- b. Todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução da obra, deverão ser apresentados no canteiro de obras pela contratada, sendo a sua responsabilidade a utilização dos mesmos, juntamente com a disponibilização dos equipamentos de proteção individual;
- c. Demais exigências do Edital neste item.

## 12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a. Correrão por conta da empresa vencedora, todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: materiais, mão de obra, transporte, tributos, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços.

Cachoeira Dourada, 28 de Fevereiro de 2020.

**PAULO ROBERTO PRATES**  
Secretaria Municipal de Educação

**LUCIANO DE CASTRO PEREIRA**  
Assessoria de Engenharia  
Engenheiro Civil - CREA/GO nº 5575/D



PREFEITURA MUNICIPAL

**CACHOEIRA DOURADA-GO**

Gestão eficiente, transparente e inovadora

2017-2020

## ANEXO XIII

### PROJETOS

Obs.: Deverão ser retirados GRATUITAMENTE pelo site Oficial do Município:  
[www.cachoeiradourada.go.gov.br](http://www.cachoeiradourada.go.gov.br) ou na sala da Comissão Permanente de Licitações devido  
ao grande volume de dados.

Trazer CD-R/RW, PEN-DRIVE OU HD EXTERNO



PREFEITURA MUNICIPAL

**CACHOEIRA DOURADA-GO**

Gestão eficiente, transparente e inovadora

2017-2020

ANEXO XIV

**ANEXO COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E PLANILHA**

**(Estão anexos a Planilha de Quantitativos, Composição Detalhada de Preços Unitários e Composição do BDI)**



## ANEXO XV

**MINUTA DE CONTRATO****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA****CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº \_\_\_\_/2020**

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
CACHOEIRA DOURADA - GO. E A EMPRESA

.....

**DOS CONTRATANTES**

**O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 00.079.806/0001-17, com sede na Praça Três Poderes, nº 10, Centro, Prédio da Prefeitura Municipal, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, **NATÁLIA CAMARDELLI CAJAZEIRA PRATES**, brasileira, casada, médica, portadora da CI nº 04.689.848-44 - SSP/BA, inscrita no CPF/MF nº 509.196.525-49, residente e domiciliada no município de Cachoeira Dourada-GO, e sus SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada pelo seu Secretário Municipal de Educação, o Sr. JOILTON FERREIRA DE MOURA, inscrito no CPF nº 889.894.101-34 e RG nº 3916605 2ª Via DGPC-GO, residente e domiciliado no município de Cachoeira Dourada-GO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa: ....., sediada à ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., neste ato representada pelo Sr: ....., residente e domiciliado à ....., portador do CPF nº ....., RG nº ....., denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente adjudicação decorre da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2020, realizada em 19/03/2020, na forma da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e homologação da Gestora da Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-a lei geral de licitações no que for omissivo, bem como documentação integrante do Processo Administrativo nº 11981/2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA****Do Objeto do Contrato e Especificação**

1.1. Constitui o objeto deste contrato a contratação de empresa especializada, mediante o regime de empreitada por menor preço global, dos serviços relativos à Reforma no telhado do Refeitório da Escola CMEI Dona Marinha Martins Rodrigues, no Município de Cachoeira Dourada/GO, especificamente aqueles detalhados no Termo de Referência (anexo I).

1.2. O objeto licitado compreende a execução dos serviços a seguir relacionados:



1.2.1. Faz parte integrante desse contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

1.2.1.1. O projeto base, memorial descritivo, planilha orçamentária, Proposta da CONTRATADA, os Termos de Adjudicação e Homologação levados a efeito pelo Senhora Gestora Municipal e Secretário Municipal de Educação.

1.2.2. Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da CONTRATADA e as expressas neste contrato, prevalecerá as deste último.

1.2.3. Os serviços e os prazos referente a este contrato iniciarão a partir do momento da emissão da Ordem de Serviço, sendo que a execução devera se iniciar no prazo de até 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço.

<b>CLÁUSULA SEGUNDA</b>	<b>Do Regime de Execução</b>
-------------------------	------------------------------

2.1. Os serviços necessários discriminados na cláusula anterior deverão ser executados em Cachoeira Dourada, e a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, obedecendo rigorosamente à especificação técnica do projeto, memorial descritivo inclusive o transporte deste até o local da obra.

2.1.1. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, aos projetos de engenharia que lhe forem fornecidos pelo CONTRATANTE e às modificações propostas e aprovadas pelo CONTRATANTE durante a execução dos serviços, principalmente EPI.

2.1.2. Poderá o CONTRATANTE, ao seu critério, exigir que refaça qualquer parte dos serviços, sem qualquer ônus para o mesmo caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93.

2.1.3. Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderá ser feita pela CONTRATADA, podendo, entretanto, o CONTRATANTE determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que justificadas e correspondentes a um dos itens abaixo:

2.1.3.1. Aumento ou diminuição da quantidade de qualquer trabalho previsto no contrato;

2.1.3.2. Alteração dos níveis, alinhamentos de posição e dimensões de qualquer parte desses trabalhos;

2.1.3.3. Suspensão da natureza de tais trabalhos;

2.1.3.4. Execução de trabalho adicional, de qualquer espécie, indispensável à conclusão dos serviços contratados;

2.1.3.5. Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto dos serviços, deverão ser justificados e autorizados, sempre por escrito, pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

<b>CLÁUSULA TERCEIRA</b>	<b>Da Vistoria da Execução</b>
--------------------------	--------------------------------

3.1. A CONTRATANTE procederá à vistoria dos serviços executados pelo seu Departamento de Engenharia a qualquer tempo principalmente quanto ao pagamento das medições, sendo de responsabilidade a vistoria, constatação de regularidade na execução dos serviços e emissão de autorização para pagamento deste Departamento de Engenharia por meio de seu engenheiro.

<b>CLÁUSULA QUARTA</b>	<b>Do Valor do Contrato</b>
------------------------	-----------------------------



4.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e efetivamente executados, mencionados na Cláusula Primeira deste contrato, o preço global é de R\$ ..... (.....).

4.1.1. Fica expressamente estabelecido que no preço global citado nesta cláusula estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos e benefícios da CONTRATADA, requeridos para a execução dos serviços previstos na Cláusula Segunda deste contrato, tudo em consonância com as especificações e demais documentos do processo administrativo e com a Proposta da CONTRATADA.

4.1.2. Nos preços relacionados na Planilha de Quantitativos e Preços estão inclusas, ainda, as taxas do BDI e encargos sociais para a execução dos serviços.

4.1.3. Os serviços poderão ser acrescidos ou suprimidos, a critério do CONTRATANTE, nas mesmas condições contratuais, nos limites estabelecidos pelo art. 65, da Lei 8666/93, sempre precedido da indispensável justificativa técnica, e respeitando o limite do valor de contratação para contrato de dispensa de licitação.

4.1.4. As alterações de serviços serão efetivadas através do competente Termo Aditivo após apresentação da proposta para realização das alterações, obedecendo aos seguintes critérios:

4.1.4.1. Os serviços, cujos preços constarem da proposta inicial, inclusive o BDI, serão acertados pelos seus valores históricos.

4.1.4.1.1. Para efeito de reajustamento, a periodicidade obedecerá à data base correspondente à data de apresentação da proposta por época de abertura da licitação.

4.1.4.2. Os serviços, cujos preços não constarem da proposta primitiva, serão acertados com base em nova proposta ficando o seu valor global limitado ao valor do custo orçado pelo CONTRATANTE para os mesmos serviços, calculado através da Tabela de Preços vigente nesta época, adotando-se o BDI real obtido através do resultado da divisão entre o valor da proposta segundo a qual a CONTRATADA sagrou-se vencedora do certame e o custo orçado pelo CONTRATANTE, baseado na Tabela vigente na época de abertura da licitação.

4.1.4.2.1. Para efeito de reajustamento, a periodicidade terá como data base a data da assinatura do Termo Aditivo.

4.1.5. Fica expressamente estabelecido que os pagamentos somente ocorrerão de acordo com os boletins de medições exarados e atestados pela Assessoria de Engenharia, dando respaldo de efetividade de execução daquela medição auferida.

<b>CLÁUSULA QUINTA</b>	<b>Do Pagamento</b>
------------------------	---------------------

5.1. O pagamento do valor estabelecido na cláusula anterior será efetuado de acordo com o Boletim de Medição, Laudo do Departamento de Engenharia, Nota Fiscal, sob o acompanhamento do Departamento de Engenharia e o atesto, em até, no máximo em 30 dias da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.2. A CONTRATADA entregará, junto com a nota fiscal de prestação de serviços, à Secretaria gestora deste contrato, como condição para a efetivação do pagamento, os seguintes documentos:

5.2.1. Respectiva fatura e Nota Fiscal (emitida com data do primeiro dia do mês subsequente a prestação de serviços);

5.2.2. Declaração formal do responsável legal da firma, de que todas as obrigações da legislação trabalhista foram cumpridas, inclusive quanto à quitação da folha de pagamento dos funcionários contratados para execução destes serviços, até o 5º. dia



útil do mês subsequente, conforme previsto na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas);

5.2.3. Planilha detalhada contendo a relação nominal dos empregados, o salário da categoria, os encargos, custos e benefícios, faltas, licenças, taxa de administração e demais despesas, fechando com a folha de pagamento.

5.2.4. SEFIP individualizada por tomador;

5.2.5. GFIP;

5.2.6. Demais documentos comprobatórios do recolhimento dos encargos sociais relativos a esta contratação (GPS e GRF) do mês anterior, nos termos da Lei Federal nº. 9.032, de 28.04.95;

5.2.7. Prova de regularização com a Fazenda Federal;

5.2.8. Prova de regularização com a Fazenda Estadual;

5.2.9. Prova de regularização com a Fazenda Municipal;

5.2.10. Boletim de Medição.

5.3. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação da documentação exigida acima. No caso de irregularidade na emissão dos documentos descritos no item anterior, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação trabalhista, fiscal ou previdenciária, decorrentes da execução deste contrato, não podendo a CONTRATADA, vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pelo CONTRATANTE.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado por boleto bancário e sim por crédito através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, informada em sua proposta. Para efetivação do recebimento, deverá ser observado o calendário definido pela Administração Municipal, como sendo os dias 05 (cinco), 10 (dez) e 20 (vinte) de cada mês, como as datas previstas para a liberação dos créditos aos fornecedores, ou no primeiro dia útil posterior a estas datas, observando o prazo máximo de 30 (trinta) dias mediante apresentação da respectiva nota fiscal, com o aceite da Secretaria Municipal requisitante.

5.6. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA, serão descontados os valores de multas ou eventuais débitos daquela para com o CONTRATANTE.

5.7. Nenhum pagamento de acréscimo no preço dos serviços será autorizado sem o devido aditamento contratual, ou quando ausente os pressupostos exigidos em Lei.

5.8. Periodicamente, o CONTRATANTE solicitará da CONTRATADA, as informações e/ou documentos, em especial os listados abaixo:

5.8.1. Comprovante de pagamento dos salários, referentes ao mês anterior, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;

5.8.2. Comprovantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;

5.8.3. Comprovante da entrega dos vales alimentação e transporte aos empregados alocados na execução dos serviços contratados;

5.8.4. Comprovante do pagamento do 13º salário dos empregados alocados na execução dos serviços contratados e Certidão de Regularidade do FGTS;

5.8.5. Comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;



- 5.8.6. Encaminhamento das informações trabalhistas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados exigidos pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;
- 5.8.7. Cumprimento das demais obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- 5.8.8. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
- 5.9. Para o pagamento da 1ª fatura, a CONTRATADA deverá, além dos documentos enumerados anteriormente, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes aos serviços contratados.
- 5.10. Não haverá pagamento, sob qualquer alegação ou pretexto, de equipamento ou de pessoal paralisado.
- 5.11. O CONTRATANTE não efetuará adiantamentos financeiros relativos a serviços objeto deste contrato, executado parcialmente ou a executar.

<b>CLÁUSULA SEXTA</b>	<b>Dos Reajustamento</b>
-----------------------	--------------------------

6.1. A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira será reajustável com periodicidade anual de 12 meses, tomando-se por base a data de apresentação das propostas, pelo índice do INCC.

6.2. Os preços desta contratação são fixos e irremovíveis, ressalvada as hipóteses para o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, o qual presidirá a relação entre as partes e no caso de prorrogação do contrato, decorridos os 12 (doze) meses da avença, nos termos da Lei Federal 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, quando se aplicarão a seguinte forma:

$$R = P_i * \{0,75 * [(L_i - L_o)/L_o] + 0,25 * (P_i - P_o)/P_o\}$$
 onde:

R é o valor do reajustamento;

P<sub>i</sub> é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

L<sub>i</sub> é o valor do salário mínimo na data do reajustamento;

L<sub>o</sub> é o valor do salário mínimo na data da apresentação da proposta;

P<sub>i</sub> é o valor do IGP-M na data do reajustamento; e

P<sub>o</sub> é o valor do IGP-M na data da apresentação da proposta.

6.3. A comprovação da majoração de um determinado item em nível nacional ou regional que afetar o equilíbrio do contrato, será feita através de:

6.3.1. Apresentação das Notas Fiscais de compras referentes ao distribuidor, tanto da época do início do contrato como da ocasião do suposto aumento;

6.3.2. Apresentação de revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;

6.3.3. Apresentação de planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).

6.4. O reajuste de que trata a cláusula anterior somente poderá ser deferido mediante solicitação prévia da CONTRATADA, sob pena de preclusão lógica.

6.5. Não sendo conhecido até a época da elaboração do documento de cobrança, o índice definitivo utilizado para o reajustamento, será aplicado de forma provisória, o último índice conhecido. As eventuais diferenças apuradas após a divulgação do índice definitivo serão acertadas por ocasião do pagamento da fatura do mês seguinte.

6.6. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, ou alteração qualitativa ou quantitativa, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento base total da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o





valor do orçamento e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico- financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

<b>CLAUSULA SÉTIMA</b>	<b>Dos Recursos Financeiros</b>
------------------------	---------------------------------

7.1. A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos da seguinte dotação orçamentária, do vigente orçamento:

Dotação: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação:

Dotação Orçamentária: 1510.59.12.1.017.4.4.90.51.00 ficha 160

<b>CLAUSULA OITAVA</b>	<b>Do Prazo e da Vigência</b>
------------------------	-------------------------------

8.1. O prazo total previsto para a execução da obra será de 30 (trinta) dias a partir da ordem de serviços e a vigência do contrato será até o dia 31 de Julho de 2020, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos Termos da lei Federal nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo e ou mútuo interesse das partes, e ainda, caso necessário, poderá ser aditivado seu objeto até o limite de 50% (cinquenta por cento), por serviços congêneres, nos termos da Lei de Licitações.

8.1.1. As condições de aceitação dos serviços deverão estar de acordo com o projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, juntamente com a devida fiscalização do Engenheiro Fiscal dos serviços.

8.1.2. A concessão de prorrogação de prazo dependerá de prévia solicitação da CONTRATADA, por escrito, até 10 (dez) dias antes de se esgotarem os prazos estabelecidos.

8.1.3. Enquanto o CONTRATANTE não se pronunciar, por escrito, a CONTRATADA deverá considerar em vigor o prazo. A prorrogação, quando admitida, se processará mediante termo aditivo, precedido de indispensável justificativa técnica.

Não será considerado como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de comprovada força maior, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pelo CONTRATANTE.

8.1.4. A fiscalização do CONTRATANTE, ao considerar os serviços parcial ou totalmente concluídos, executará as seguintes atividades:

8.1.4.1. Verificará a compatibilidade dos serviços com o disposto neste contrato;

8.1.4.2. Determinará à CONTRATADA a correção de quaisquer defeitos ou imperfeições constatadas;

8.1.4.3. Proporá sua aceitação provisória ou definitiva e a liberação das respectivas medições; e,

8.1.4.4. Providenciará a elaboração do termo de recebimento, provisório ou definitivo, conforme o caso.

8.1.5. Para recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar um original e 03 (três) cópias do cadastro geral dos serviços executados, compreendendo plantas e memoriais descritivos e de cálculos, nos quais constará minuciosa discriminação de todos os serviços executados.

8.1.6. Aceitos os serviços, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei.

<b>CLAUSULA NONA</b>	<b>Da Alteração do Contrato</b>
----------------------	---------------------------------

9.1. O presente contrato poderá ser alterado:



9.1.1. Unilateralmente, pelo Município, quando: “for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 50% (cinquenta por cento) pra reforma”.

9.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

9.1.2.1. For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;

9.1.2.1. For necessária a modificação da Obra;

9.1.2.1. For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;

9.1.2.1. Por motivos de força maior.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA</b>	<b>Das Sanções</b>
------------------------	--------------------

10.1. A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA, garantindo-se-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos;

10.1.4. Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

10.1.5. Especificamente as sanções descritas no edital, termo de referência e na lei 8.666/93.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA</b>	<b>Da Rescisão</b>
---------------------------------	--------------------

11.1. Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer momento, por inadimplência de qualquer das partes contratantes, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços necessários efetivamente entregues até a data da rescisão, ou em virtude de ocorrência de algum dos motivos elencados no art. 77 à 80 da Lei n.º 8666/93, inclusive sem direito a indenizações e rescindindo de forma unilateral.

11.1.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir ou revogar no todo ou em parte, de pleno direito, este contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

11.1.1.1. O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;

11.1.1.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada;

11.1.1.3. A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa do CONTRATANTE;

11.1.1.4. Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;

11.1.1.5. Procedimento irregular da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada e/ou terceiros.

11.1.1.6. Falência, concordata ou dissolução da CONTRATADA;



11.1.1.7. Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão dos serviços;

11.1.1.8. O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;

11.1.1.9. Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização do CONTRATANTE;

11.1.1.10. Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pelo CONTRATANTE;

11.1.1.11. Caução ou utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização do CONTRATANTE;

11.1.1.12. Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas últimas modificações.

11.1.2. A rescisão do contrato ocorrerá unilateralmente por interesse da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, e ou fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, o que acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

11.1.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, mediante a lavratura de termo circunstanciado;

11.1.2.2. Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

11.1.3. No caso de rescisão por parte da CONTRATADA deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.

11.1.4. O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à CONTRATADA o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.

11.1.5. Declarada a rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no escritório da empresa, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes;

11.1.6. Ocorrerá de forma unilateral a rescisão de acordo com a necessidade do Poder Público, nos termos da lei sem direito a indenização.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA</b>
--------------------------------

<b>Da Suspensão dos Serviços</b>
----------------------------------

12.1. O CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, os serviços contratados. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada dos serviços e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

12.1.1. Se a suspensão dos serviços vier a impor-se como definitiva, este contrato será rescindida, na forma estabelecida na cláusula nona.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA</b>
---------------------------------

<b>Das Falhas ou Omissões das Especificações</b>
--

13.1. Quaisquer requisitos indicados nos desenhos, e que não constem das especificações, ou vice-versa, ou não indicados em ambos, porém necessários ao cumprimento da finalidade deste contrato, deverão ser cumpridos pela CONTRATADA tal



como se houvessem sido estipulados e indicados tanto nos desenhos quanto nas especificações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA****Da Multa**

14.1. Caso a CONTRATADA não cumpra as condições de execução declarada em sua Proposta aprovada pelo CONTRATANTE, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da ação civil e criminal que couber, e garantido ainda a prévia defesa:

14.1.1. Multas pecuniárias por atraso injustificado na execução dos serviços:

14.1.1.1. Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor contratual:

14.1.1.1.1. Por dia de atraso no início da execução dos serviços;

14.1.1.1.2. Por dia consecutivo que exceder a data prevista para conclusão dos serviços;

14.1.1.1.3. Por dia consecutivo de atraso na execução dos serviços;

14.1.2. Multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir quaisquer das demais obrigações contratuais que não gere inexecução do contrato;

14.1.3. pela inexecução total ou parcial do contrato: além da aplicação das multas previstas anteriormente, poderá a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, garantida prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicarmos, à CONTRATADA, as seguintes penalidades:

14.1.3.1. Advertência por escrito;

14.1.3.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

14.1.3.3. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada por até 2 (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

14.1.4. As multas e demais penalidades, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.

14.1.5. A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA****Das Responsabilidades do  
CONTRATANTE**

15.1. O CONTRATANTE deverá prestar à CONTRATADA todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos.

15.2. Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações do CONTRATANTE:

15.2.1. Efetuar pagamento à CONTRATADA no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

15.2.2. Devendo a Nota Fiscal ser entregue atestada pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na nota de empenho, através de transferência bancária, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

15.2.3. Fiscalizar a execução do contrato.

15.2.4. Demais responsabilidade e obrigações estipuladas no edital e termo de referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA****Das Responsabilidades da  
CONTRATADA**

16.1. É obrigação da CONTRATADA executar os serviços, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada e condições gerais e específicas do Processo Administrativo 11981/2019.

16.2. Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da CONTRATADA:

16.2.1. Executar, com perfeição, segurança, seguindo o plano de trabalho e metodologia apresentada em todos os serviços contratados, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento do serviço, obrigando-se a repará-lo de imediato;

16.2.2. Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE quaisquer erros ou incoerências verificadas, não sendo, a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza;

16.2.3. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo-lhe vedado sub empreitar totalmente os serviços especializados, sem autorização expressa do CONTRATANTE. Uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização, esta poderá ser autorizada.

16.2.4. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais;

16.2.5. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho;

16.2.6. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução das obras e serviços;

16.2.7. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - GO ou a terceiros provenientes da execução da obra;

16.2.8. Utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros;

16.2.9. Disponibilizar os serviços de mão de obra de acordo com as Especificações do Objeto;

16.2.10. Providenciar uniformes, padronizados e aprovados pela Fiscalização ou identificação individual de cada funcionário, e equipamentos de proteção individual para o adequado desempenho de cada atividade, para todos os funcionários;

16.2.11. Providenciar o uso frequente e sistemático de EPC- Equipamento de Proteção Coletivo e Individual;

16.2.12. Prestar manutenção preventiva e corretiva nas máquinas e equipamentos utilizados;

16.2.13. Adquirir equipamentos, peças e combustíveis de veículos e máquinas necessárias aos serviços.

16.2.14. Responsabilizar-se por todo o ônus e por todas as obrigações decorrentes da legislação social, previdenciária, fiscal, comercial e trabalhista, que se relacionem direta ou indiretamente com o objeto deste Contrato, como também todos os encargos e tributos que direta ou indiretamente incidam sobre o presente, atendidos os § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93;

16.2.15. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados ou prepostos, ao CONTRATANTE ou a terceiros.



16.2.16. Manter, durante toda a execução do presente contrato, a regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal.

16.2.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários do valor inicial, conforme art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93;

16.2.18. Arcar com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares contratuais;

16.2.19. Observar todas as regras e condições contidas no Projeto Básico, na sua proposta e neste instrumento;

16.2.20. Responsabilizar exclusivamente por problemas de ordem criminal, cível e trabalhista, referente ao objeto da licitação.

16.2.21. Demais responsabilidade e obrigações estipuladas no edital e termo de referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA****Da Subcontratação, Cessão ou Transferência do Contrato**

17.1. O critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, poderá a CONTRATADA durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada. A CONTRATADA, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes rescindir os respectivos ajustes.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA****Dos Tributos**

18.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou encargos legais), de comprovada repercussão nos preços ora contratados, impossibilitando a execução deste contrato, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA****Das Questões Diversas**

20.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações;

20.2. A CONTRATADA reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Processo Administrativo nº 11981/2019.

20.3. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.4. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços necessários na forma da proposta aqui CONTRATADA, observando fielmente o projeto, memorial descritivo e a planilha orçamentaria em anexo;

20.5. A CONTRATADA se obriga a fazer de imediato os serviços necessários solicitados;

20.6. A CONTRATADA se obriga a apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes às requisições, em tempo de serem processadas;

20.7. A CONTRATADA se obriga a atender de imediato a empreitada aqui contratada e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.

20.8. O CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, os serviços contratados.



Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada dos serviços e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA****Dos Casos Omissos**

21.1. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA****Do Foro**

22.1. A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o FORO de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2. Aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Cachoeira Dourada, (GO), \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada  
**NATÁLIA CAMARDELLI CAJAZEIRA PRATES**  
Prefeita Municipal  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Empresa \_\_\_\_\_  
Responsável: \_\_\_\_\_  
Contratada

Visto:

\_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Educação  
**JOILTON FERREIRA DE MOURA**  
Secretário Municipal de Educação

**Testemunha :**

1º: \_\_\_\_\_ 2º: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_